

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

COMUS

São Sebastião

1 ATA DA 91ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMUS – CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
2 DE SÃO SEBASTIÃO.

3 Data: 27 de abril de 2010, às 16 horas, em segunda chamada.

4 **1-) Ordem do Dia:**

5 1- **Apresentação da Prestação de Contas de 2009 – Consolidada;**

6 2- **Apresentação da Prestação de Contas do 1º Trimestre de 2010.**

7

8 Dr. Antonio deu inicio a reunião informando que a entidade AMBACAM – Associação dos
9 Moradores do Bairro Canto do Mar apresentou oficio solicitando alteração de membros. Em
10 seguida apresentou a Sra. Mirian Pinheiro dos Santos, presente, e como suplente, o Sr. Alex
11 Junior Pinheiro dos Santos, ausente. Informou a Sra. Mirian e aos demais conselheiros que a
12 participação da representante, hoje, já seria oficial, com direito a voto. Salientou que em plenária
13 extraordinária anterior houve a entrega das certidões referentes à qualificação dos dois Institutos.
14 Em seguida informou o recém recebimento do e-mail enviado pelo Sr. Márcio Tenório,
15 justificando a sua ausência à reunião de hoje. Além do informe da ausência, justificou a
16 impossibilidade de apresentar o relatório da Comissão de Acompanhamento do Termo de
17 Parceria Sollus, conforme acordado em ultima reunião. Informou que o relatório está sendo
18 preparado e ainda precisa de aprovação dos membros da Comissão, o que ainda não ocorreu.
19 Dr. Antonio informou que o Sr. Marcio Tenório, além do e-mail citado, também comunicou o fato
20 por telefone.

21

22 Sra. Ana Cristina manifestou indignação com a constatação de que somente ela estaria presente
23 como representante da Comissão de Acompanhamento do Termo de Parceria da Sollus.
24 Informou que houve tempo hábil suficiente para conclusão dos trabalhos, mesmo considerando a
25 inconsistência de documentos. Não concordou com a postura adotada pelos demais
26 representantes da Comissão em não apresentar o relatório na data prevista.

27

28 Dr. Antonio considerou que esse fato não invalidará a realização da reunião em pauta. Explicou
29 aos novos Conselheiros o trabalho desenvolvido pela Comissão de Acompanhamento e disse
30 que pareceres mediante relatório seriam entregues hoje pela referida comissão. Comunicou
31 também a aprovação *ad-referendum* referente ao Termo de Compromisso de Gestão, aprovado
32 em plenária anterior, com apresentação a posteriori.

33

34 **Ordem do Dia:**

35

36 **1- Apresentação da Prestação de Contas de 2009 – Consolidada:**

37 Sr. André Fontes apresentou planilha, parte integrante desta, ata, contendo os dados
38 consolidados da execução orçamentária e financeira de 2009, considerando que na prestação de
39 contas do 4º trimestre/2009, os valores de dezembro ainda não estavam fechados. Informou que
40 o relatório definitivo foi entregue à Comissão de Finanças e que essa apresentação não
41 necessita ser submetida à votação, uma vez que já foi aprovada na 87ª reunião extraordinária.

42

43 **2) Apresentação da Prestação de Contas do 1º Trimestre de 2010:**

44 Sr. André Fontes informou que a apresentação do Departamento de Vigilância em Saúde será
45 feita antes da apresentação do Fundo Municipal de Saúde, considerando que o assunto sobre a
46 execução orçamentária e financeira demandará tempo maior.

47

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

COMUS

São Sebastião

48

49 **2.1)** Sra. Lidiomar discorreu sobre todas as ações efetuadas no setor. Citou como atividades:
50 termos de cadastro, alvarás, denúncias de estabelecimentos e outras. Quanto a dengue,
51 informou que até o final do mês de março/10 foi caracterizada a epidemia de dengue no
52 município. Informou que atuaram na questão educacional em parceria com o Instituto Acqua, com
53 apresentação descritiva do rol de atividades desenvolvidas no período de janeiro à Marco. Com
54 relação às casas fechadas, destacou o aumento da inserção a essas moradias, com ênfase para
55 o alerta feito pelos meios de comunicação. Quanto à gripe A(h1n1) informou que não existe
56 nenhum caso confirmado, até o momento e citou a existência de três casos em suspeita.
57 Descreveu a clientela trabalhada na vacinação contra a gripe e informou que ainda estão em fase
58 de vacinação. A gripe sazonal ficou com agendamento de vacinação para o mês de maio.
59 Apresentou dados referentes a tuberculose, disse que não houve nenhum óbito no período. Os
60 casos de hanseníase somaram 15 casos, sendo um caso de cura. Quanto ao departamento de
61 Zoonoses, apresentou as atividades desenvolvidas e informou que essas fazem parte da rotina
62 do setor. Não havendo questionamentos, encerrou a apresentação.

63

64 **2.2)** Sr. André Fontes informou que a Comissão de Finanças realizou 10 reuniões entre março e
65 abril, objetivando a análise minuciosa da prestação de contas em pauta para posterior
66 apresentação ao COMUS, além dos relatórios de aplicação dos recursos repassados aos
67 Institutos Sollus e Acqua, que ficaram pendentes na última prestação de contas. Apresentou o
68 rol de documentos utilizados na análise da prestação e explicou que o trabalho da Comissão visa
69 subsidiar a plenária no sentido de emitir pareceres com relação à prestação de contas. Destacou
70 o trabalho árduo da comissão durante esses últimos meses. Em seguida detalhou os valores
71 consignados no Resumo da Execução Orçamentária e Financeira, parte integrante desta ata,
72 destacando ainda que não houve processos licitatórios no período. Informou que a prestação de
73 contas é da Secretaria da Saúde, explicou que essa é uma audiência que acontece em
74 cumprimento a exigência normativa do Tribunal de Contas do Estado. Informou que essa
75 prestação de contas será apresentada em audiência pública na Câmara Municipal, no próximo
76 dia 29, às 17 horas. Em seguida, disponibilizou o momento para esclarecimentos.

77

78 **2.3)** Sra. Célia Pinto questionou o valor referente aos investimentos. Sr. André informou que o
79 valor aplicado foi de R\$ 5.840,00. Dr. Aldo explicou que o caso não houvesse a pendência
80 jurídica relacionada à construção do hospital de Boicucanga, esse valor seria muito maior.

81

82 **2.4)** Sr. Carlos Aymar, representando a Comissão de Finanças entregou relatório conclusivo das
83 análises feitas e em seguida disponibilizou uma cópia ao presidente do COMUS. Solicitou que o
84 relatório citado seja parte integrante da ata. Informou que o relatório engloba estudo minucioso
85 referente aos valores repassados ao Instituto Sollus e Instituto Acqua e em seguida efetuou a
86 leitura do documento na íntegra. Durante a leitura foram abordados os seguintes aspectos:
87 análise das contas, justificativa da realização do trabalho, metodologia utilizada e parecer da
88 Comissão. Informou que os anexos I e II serão enviados por e-mail à Comissão Executiva para
89 envio aos Conselheiros. Por último solicitou ao Presidente do COMUS e a Plenária que seja
90 acatado o pedido de destaque das contas dos institutos em separado das demais contas da
91 Secretaria da Saúde, ou seja, três votações, a saber: 2.51) Prestação de Contas do 1º
92 trimestre/2010; 2.52) Relatórios de Aplicação dos recursos repassados ao Instituto Acqua; 2.53)
93 Relatórios de Aplicação dos recursos repassados ao Instituto Sollus. Dr. Antonio submeteu a
94 votação da proposta, sendo acatada por unanimidade. Em seguida foram apresentados os

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

COMUS

São Sebastião

95 pareceres da Comissão de Finanças.

96 **2.5) Parecer da Comissão de Finanças:**

97

98 **2.5.1)** Prestação de Contas do 1º trimestre/2010: parecer favorável a sua aprovação, apartando
99 dos itens 2.52 e 2.53;

100

101 **2.5.2)** Relatórios de Aplicação dos recursos repassados ao Instituto Acqua referente o período de
102 setembro/09 a fevereiro/10, podem ser aprovadas com ressalvas, desde que aceitem reverter a
103 crédito da Contratante (SESAU) todas as despesas de prestação de serviços de terceiros que
104 não estejam claramente discriminadas no Plano de Trabalho e Cronograma Físico-financeiro da
105 Parceria, além de pequenos ajustes contábeis.

106

107 **2.5.3)** Relatórios de Aplicação dos recursos repassados ao Instituto Sollus referente ao período
108 de agosto/09 a fevereiro/10, parecer pela não aprovação, sendo preciso adequação e total
109 observância da legislação em vigor e aos termos do contrato de parceria, devendo reverter a
110 crédito da contratante todas as despesas efetuadas com consultorias, auditorias, suportes de TI,
111 advogados e outras, além de se revisar o Plano de Trabalho e partes do Termo de Parceria com
112 a SESAU. Em seguida apresentou os membros responsáveis pela Comissão: Sr. Adilson
113 Ferreira, Carlos Cipullo Aymar, Sr. Douglas Della Guardia e Sr. Ubirajara Nascimento.

114

115

116 **2.6)** Sra. Célia perguntou ao Sr. Carlos qual o valor referente à devolução do Instituto Acqua.
117 Considerou ficar difícil votar sem ter acesso a esses valores. Sr. Carlos respondeu que está em
118 torno de R\$ 5.000,00. Informou que o valor mensal é de 1.100.000,00, isto, após assumirem a
119 responsabilidade da realização dos exames de diagnóstico de imagem. Sr. André Fontes
120 ponderou que na análise de prestação de contas existem procedimentos básicos a serem
121 seguidos; que antes de se falar em devolução, deve ser solicitado esclarecimentos à entidade,
122 que depois de respondidos à Secretaria de Saúde, podem ser acatados ou não. Neste último
123 caso, dependendo do motivo pode ser objeto de sanções, glosas entre outras. Ressaltou que não
124 está em defesa dos Institutos, porém esse é o procedimento normal, inclusive ao qual se
125 submete a Prefeitura em relação a outras instancias de controle, como Tribunais de contas,
126 Secretaria de Estado, Ministério da Saúde, etc.

127

128 **2.7)** Sra. Ana Cristina perguntou se o Instituto Sollus entregou cópia dos documentos referentes
129 aos serviços terceirizados constantes no Plano de Trabalho. Sr. André informou essas cópias é
130 objeto dos apontamentos feitos pela Comissão de Finanças. Dr. Aldo considerou que estamos
131 reunidos hoje com o propósito de esclarecer o que não ficou claro e efetuar ajustes com
132 propositura de que os planos sejam adequados e aprovados pelo COMUS.

133

134 **2.8)** Sr. Ubirajara considerou que apesar da Comissão de Finanças ser composta por novatos,
135 ela procurou focar com muita seriedade o seu trabalho diante dessa situação. Saliu que
136 avaliaram a forma como foi conduzida a prestação de contas financeira e o processo de gasto do
137 dinheiro público. Falou que o trabalho da Comissão de Acompanhamento do Termo está carente
138 de subsídios para desenvolver sua análise, disse que não receberam os documentos
139 necessários. Em seguida, explicou que a proposta de ajuste do Termo de Parceria inicial mostra
140 que ele é frágil e não apresenta as delimitações de responsabilidade, prejudicando a análise real
141 de gastos. Disse que a avaliação se deu dentro de um sistema de avaliação de notas e puderam

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

C O M U S

São Sebastião

142 verificar que o Termo de Parceria não dá subsídios para Sollus efetuar os gastos apresentados e
143 nem para a Comissão afirmar que os gastos não estão corretos. Salientou que são Comissão de
144 Finanças e analisam o quadro demonstrativo financeiro da prestação de contas apresentada.
145 Sugeriu cautela ao analisarem o período sugerido pela Comissão, objetivando esgotar toda
146 exigência quanto aos esclarecimentos exatos. Disse que estão forçando uma forma de revisão
147 de confecção do Termo de Parceria. Quanto à questão da terceirização, disse que o Termo não
148 contempla esse assunto. Por último disse que as contas não têm sustentação nesse plano.

149

150 **2.9)** Sra. Rita de Cássia Simioni considerou que os pareceres apresentados pela Comissão de
151 Finanças não pressupõem o direito de resposta para os Institutos, ele é apresentado para ser
152 votado e não julgado. A situação de direito de resposta acontecerá caso os Institutos sejam
153 acusados de improbidade administrativa ou irregularidades jurídicas. Considerou que o parecer
154 não favorável a aprovação das Contas do Instituto Sollus foi em relação à documentação
155 insuficiente. Em seguida, fez referências às legislações que normatizam as OSCIPS e disse que
156 os Institutos deverão provar para a Comissão de Finanças, Conselho, Secretaria da Saúde e
157 Administração Pública que as contas não estão sendo aprovadas por incompetência das análises
158 realizadas. Salientou que o parecer da Comissão em relação ao instituto Sollus apontou
159 insuficiência documental para conclusão da análise. Por último considerou que o tempo
160 concedido para esclarecimentos do Instituto já se estendeu demais.

161

162 **2.10)** Sra. Silvia Galhardo disse que como munícipe teme a situação apresentada em relação à
163 administração do Instituto Sollus, disse que diante de tudo o que já foi falado, o que se evidencia
164 é a falta de credibilidade do Instituto perante outros municípios. Destacou que essa falta de
165 transparência na prestação de Contas é o principal motivo pelo qual Tribunal de Contas e Justiça
166 Federal foram acionados. Disse que em conversa com alguns médicos que trabalhavam no
167 Pronto Socorro, o motivo alegado foi o atraso no pagamento salarial. Dr. Aldo informou que o
168 único momento que houve atraso no pagamento salarial dos funcionários do hospital foi no
169 período de transição da Pró Saúde.

170

171 **2.11)** Dr. Marcos Salvador demonstrou dúvidas em relação aos convênios e dificuldades de
172 custeio distintamente. Sr. Douglas explicou que o entendimento da Comissão de Finanças em
173 relação aos convênios considera que o Termo de Parceria exige, claramente, que o parceiro co-
174 gestor, no caso a OSCIP faça distinção de receitas provadas e receitas públicas. Explicou que
175 essa situação não está clara na prestação de contas e segundo informações passadas pela Sra.
176 Eliana Fogaca, a Sollus não trabalha com contabilidade de custo. Explicou que essa
177 contabilidade define o que é custo variável, custo fixo, custo direto ou indireto, permitindo uma
178 noção exata do que está sendo gasto e proveniente de qual receita. Por último, disse que essa é
179 uma das questões a serem esclarecidas. Dr. Marcos perguntou se foi comprovada essa receita
180 ou sua retificação. Sr. Douglas respondeu que o que está demonstrado na prestação de contas é
181 a existência de receitas de convênios e de alguns particulares, mas as despesas estão
182 englobadas sem discriminação descritiva detalhada.

183

184 **2.12)** Antonio Carlos considerou o importante trabalho desenvolvido pela Comissão de Finanças,
185 destacou também a participação ativa dos conselheiros em plenária, disse que essas posturas
186 contribuem de forma positiva na condução do processo analítico.

187

188 **2.13)** Dr. Capitani solicitou a palavra e questionou qual seria o período probatório que o Conselho

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

COMUS

São Sebastião

189 pressupõe adotar para que a Sollus esclareça as questões pontuadas, a seguir considerou que o
190 parecer da Comissão já é uma nota a ser considerada e por último, questionou diretamente o
191 presidente da mesa sobre quanto tempo o Conselho terá que tolerar essa situação. Dr. Antonio
192 respondeu que não existe na lei um prazo estipulado para a permanência de uma OSCIP num
193 município, mesmo que a administração seja considerada boa. Em seguida explicou aos
194 conselheiros que a Lei das OSCIPS não segue parâmetros licitatórios, disse que ela concede ao
195 poder público a possibilidade de firmar termos de parcerias. Informou que o Decreto 3100/99,
196 que regulamenta a lei, diz que o Poder Público poderá (e não “deverá”) fazer um concurso de
197 projetos como processo seletivo, objetivando conhecer todos os projetos disponíveis para
198 habilitação na área da saúde. Salientou que, independentemente de optar por realizar ou não um
199 concurso de projetos, o Conselho nunca pode deixar de ser consultado. Em relação a esta
200 parceria, informou que houve aprovação do Conselho com base no aval concedido pelos
201 médicos do Corpo Clínico do Hospital presentes em plenária do COMUS, postura registrada em
202 ata. Desta forma, o Conselho aprovou porque entendeu que a gestão não estaria sendo
203 transferida e sim compartilhada (SESAU, Corpo Clínico, COMUS e Instituto) com poder central
204 em mãos da Secretaria da Saúde. Ao longo desses seis meses as contas foram sendo
205 aprovadas com pendências, sem condição de aprovação total ou reprovação. Salientou que o
206 problema já está instalado e independente do encaminhamento que o COMUS adotar, essa
207 questão precisa ser respondida porque o dinheiro foi gasto. Lembrou a retirada do apoio dos
208 médicos do hospital em plenária anterior. Disse respeitar o posicionamento, trabalho
209 desempenhado e relatório apresentado, mas não compreendeu o termo utilizado pelos médicos
210 “retirada do referido apoio”, ou seja, a partir de quando esse apoio teria deixado de existir de fato,
211 pois somente na reunião anterior é que tal assunto havia sido manifestado. Portanto, durante o
212 período de agosto de 2009 até abril de 2010, o Corpo Clínico estava apoiando sim tal parceria.
213 Não aceita o fato do Conselho ser responsabilizado sozinho por questões discutidas e resolvidas
214 em conjunto, pelo menos durante o período mencionado. Dr. Capitani esclareceu que a retirada
215 do apoio foi em relação ao Instituto Sollus e não ao Conselho, disse que nunca assinaram como
216 avalista do Instituto. Disse que era um termo aditivo que o hospital estava precisando e todos
217 concordaram com o repasse, porém, a partir da reavaliação financeira e análise de ações dentro
218 do hospital, torna-se impossível manter o apoio concedido anteriormente. Salientou que nunca
219 foram sócios dessa situação e não compactuam com os gastos inadequados, bem como a falta
220 de comunicação, que a seu ver, percebe manipulação crônica por parte do Instituto, utilizando-se
221 de estratégia para ganhar tempo. Informou que semana retrasada receberam holerite de
222 pagamento referente a dezembro/09 e janeiro/10, com valor equivalente a 6% do produzido nos
223 referidos meses. Salientou que trabalharam arduamente no período de temporada e a Sollus não
224 repassou corretamente o dinheiro dos convênios e particulares. Manifestou repúdio diante da
225 postura adotada, recebeu tal atitude como afronta e desrespeito aos profissionais envolvidos com
226 o bom atendimento a população. Disse que o relatório deixa claro que existe uma situação
227 estranha. Por último lamentou o fato da Comissão de Acompanhamento do Termo de Parceria
228 não ter apresentado relatório de sua análise. Dr. Antonio Carlos compreendeu o posicionamento
229 do Dr. Capitani e achou interessante tal explicação, considerando que estas últimas semanas, o
230 Conselho sofreu intensas pressões de responsabilidade diante da situação. Dr. Aldo disse que
231 em relação ao “período probatório” comentado pelo Dr. Capitani, tem interesse que termine o
232 mais rápido possível, considerando almejar por explicações dos dois Institutos que
233 obrigatoriamente devem apresentar respostas para as pendências apresentadas. Quanto ao
234 pagamento dos convênios e particulares, houve problemas de faturamento, derivados do não
235 preenchimento de guias, salientou que estas questões foram de cunho administrativo. Disse que

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

C O M U S

São Sebastião

236 esse é mais um fato a ser elucidado. Sugeriu instituir prazo para definição do período probatório.
237

238 **2.14)** Sr. Carlos Aymar considerou que, caso não haja aprovação das propostas, a situação
239 ficará pendente para todos. Sugeriu ponderação na hora da decisão. Dr. Antonio disse que não
240 há período probatório para OSCIP, pois ela tem que ter "know how" para realizar suas atividades,
241 uma vez que se propôs a realizar um trabalho no município, visando dar soluções para a Saúde
242 Pública, no caso do Complexo Hospitalar. Após essa explicação, recebeu proposta de um dos
243 presentes para que a votação fosse fechada. Proposta colocada em votação. Reprovada por
244 unanimidade. Em seguida, Dr. Antonio colocou-as em votação separadamente: Item **2.51)**
245 **Prestação de Contas do 1º trimestre/2010:** parecer favorável a sua aprovação, apartando dos
246 itens 2.52 e 2.53, sendo aprovado por unanimidade dos conselheiros votantes; Item **2.52)**
247 **Relatórios de Aplicação dos recursos repassados ao Instituto Acqua referente o período**
248 **de setembro/09 a fevereiro/10:** parecer favorável a aprovação com ressalvas, desde que
249 aceitem reverter a crédito da Contratante (SESAU) todas as despesas de prestação de serviços
250 de terceiros que não estejam claramente discriminadas no Plano de Trabalho e Cronograma
251 Físico-financeiro da Parceria, além de pequenos ajustes contábeis. O parecer foi aprovado por
252 unanimidade pelos conselheiros votantes, com concessão de prazo até o dia 11/-5/10, data da
253 reunião ordinária do Conselho, para que o Instituto apresente respostas para todas as questões
254 elencadas no documento anexo II, fornecido pela Comissão de Finanças. **2.53) Relatórios de**
255 **Aplicação dos recursos repassados ao Instituto Sollus referente ao período de agosto/09 a**
256 **fevereiro/10:** não tem parecer favorável a sua aprovação, sendo preciso adequação e total
257 observância da legislação em vigor e aos termos do contrato de parceria, devendo reverter a
258 crédito da contratante (SESAU) todas as despesas efetuadas com consultorias, auditorias,
259 suportes de TI, advogados e outras, conforme listagem anexa. Em resumo é renegociar todo o
260 Plano de Trabalho e partes do Termo de Parceria com a Secretaria da Saúde. O parecer foi
261 aprovado por unanimidade pelos Conselheiros votantes, com concessão de prazo até o dia
262 11/05/10, data da reunião ordinária do Conselho para que o Instituto apresente respostas para
263 todas as questões elencadas no documento anexo I, fornecido pela Comissão de Finanças.

264
265 **2.15)** Sra. Ana Cristina justificou o seu voto favorável à proposta apresentada às contas do
266 Instituto Acqua em confiança ao trabalho da Comissão de Finanças e não porque ache que essa
267 instituição seja adequada para o município de São Sebastião.

268
269 **2.16)** Sr. Douglas explicou que o parecer da Comissão de Finanças é um aconselhamento para
270 uma decisão mais consciente diante da falta de clareza existente nas contas dos Institutos.

271
272 **2.17)** Dr. Antonio convidou os Conselheiros a pensarem nos encaminhamentos que deverão ser
273 feitos pelo Conselho depois da decisão da Plenária. Lembrou que a execução do Plano de
274 Trabalho e da Assistência Hospitalar ainda não está em discussão no momento. Estamos
275 discutindo a Prestação de Contas. Disse que a Comissão de Acompanhamento que deveria estar
276 apresentando hoje, enviou um e-mail informando a impossibilidade de comparecer.

277
278 **2.18)** Sra. Mariana, Instituto Acqua, sugeriu que a Comissão de Finanças determine prazos para
279 entrega dos relatórios das contas.

280
281 **2.19)** Sr. Carlos Aymar esclareceu que fizeram uma avaliação referente ao período de agosto/09
282 a fevereiro de 2010, explicou que esse não é um procedimento de rotina. Disse que vários foram

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

C O M U S

São Sebastião

283 os motivos responsáveis pelo atraso, citou as diversas devoluções dos documentos para análise,
284 funcionário do fundo no período de férias e a própria relação dos Institutos, Comissão via Fundo
285 Municipal de Saúde.

286

287 **2.20)** Sra. Célia Pinto informou que a Federação Face Norte participou da fundação deste
288 Conselho, disse que desenvolvem este trabalho social há mais de vinte anos. Considerou que o
289 impedimento quanto a não aprovação de uma nova chance se deve ao fato dos contratos
290 estarem incorretos, na sua forma e o contrato no seu conteúdo. Informou que a Câmara
291 Municipal já tem o seu posicionamento e, quanto ao seu posicionamento, estará elaborando
292 questionamentos junto ao Ministério Público, Ministério da Saúde e outros órgãos competentes.
293 Adotará posicionamento como cidadã e como representante da Federação Face Norte. Salientou
294 que o contrato da Sollus, considerando a modalidade escolhida, era por notória especialidade,
295 mas isso não aconteceu devido à falta de experiência do Instituto e a sua fragilidade foi
296 percebida durante as apresentações junto ao Conselho. Por último, desculpou-se com o
297 Secretário e disse que não houve transparência na contratação dos Institutos junto ao conselho.
298 Lembrou que o Conselho ficou sabendo da contratação, somente três meses após a realização
299 do contrato.

300

301

302 **2.21)** Sra. Cláudia informou que o Instituto participou de reuniões anteriores no COMUS e na
303 Câmara Municipal, disse que chegou a conclusão que o Instituto Sollus não logrou êxito durante
304 os oito meses de relação administrativa, em seguida, apresentou-se disposta para mudar o curso
305 tomado. Esclareceu que a relação de "Notório Saber" é lei de licitações e não tem relação com as
306 OSCIPs. Em seguida se propôs a participar de todo o processo necessário para esclarecimento
307 da situação apontada como desabonadora e salientou que a falta de clareza foi responsável pelo
308 não cumprimento do que foi estabelecido. Comentou que as três partes da administração estão
309 sofrendo um impasse, no qual a Secretaria, Conselho e Instituto não têm como discernir o que é
310 legal ou ilegal, disse que a lei não contempla o que é ou o que não é legal. Sugeriu estabelecer
311 uma forma de relacionamento entre as partes interessadas de hoje em diante. Sra. Rita de
312 Cássia Simioni considerou que tanto o Instituto Sollus quanto o Instituto Acqua, bem como o
313 Poder Público, deverão cumprir a Lei, única e exclusivamente, a Lei. Sra. Cláudia considerou
314 que se a Lei não contempla, ela deixa lacunas.

315

316 **2.22)** Sr. Carlos apresentou a seguinte da proposta da Comissão de Finanças, sugeriu a
317 formação de uma comissão paritária, com todos os elementos envolvidos, dois representantes da
318 Comissão de Finanças, dois representantes da Comissão de Acompanhamento do Termo de
319 Parceria, dois representantes da Secretaria da Saúde e dois representantes de cada um dos
320 Institutos para buscarem junto ao Tribunal de Contas um encaminhamento para condução do
321 problema instalado. Salientou que independente da composição da nova comissão proposta, o
322 objetivo da proposição de ajuste de conduta, o objetivo é buscar um caminho, um marco legal,
323 para esclarecer dentro da lei das OSCIPs até a lei dos Convênios, que não são estimulados
324 nessa terceirização. Por último lembrou o decreto de Intervenção assinado pela Prefeitura
325 Municipal junto a Santa Casa de Misericórdia, a partir de uma situação que estava se tornando
326 insuportável, e para isso foi criado um novo problema. Explicou que a Santa Casa é uma
327 entidade particular e os médicos que trabalham são registrados por uma entidade assistencialista
328 sob intervenção do Poder Público que destina verba da Saúde Pública para a recuperação de um
329 próprio particular. **Proposta aprovada com as seguintes ressalvas: Não incluir os Institutos**

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

COMUS

São Sebastião

330 **nessa consultoria e que a comissão formada atue paralelamente as decisões aprovadas**
331 **nessa plenária.**

332

333 **2.23)** Rita de Cássia Simioni considerou que a discussão é referente à Saúde Pública e que,
334 simplesmente, não dá para parar do jeito em que as coisas se encontram. Considerou os
335 pareceres da Comissão de Finanças, em seguida, sugeriu que os Institutos tenham até a próxima
336 reunião ordinária do dia 11 de maio/10 para justificar, esclarecer e responder todas as
337 pendências existentes. **Caso não cumpram essa determinação, o COMUS deverá**
338 **encaminhar o caso, oficialmente, para o Ministério Público.**

339

340 **2.24)** Sra. Mariana solicitou receber, previamente, documento pontuando quais são as
341 pendências citadas.

342

343 **2.25)** Dr. Adilson, representante da Comissão de Finanças, disse que tem noção do cumprimento
344 de todos os tramites exigidos pelo Tribunal de Contas. Considerou que a sugestão de um estudo
345 para saber se as contas do Instituto são passíveis de aprovação, tem como objetivo esclarecer
346 pontos que estão obscuros e nessa busca de legalidade, pode ser que o Instituto parceiro se
347 adéqüe ou pode ser que não. Salientou que o Instituto Sollus deixou muito a desejar, mas,
348 mesmo assim, direcionarão o estudo e a análise dentro da legalidade. Salientou que a Comissão
349 de Finanças analisou e fez os encaminhamentos, caso não haja resposta, reorganizarão os
350 encaminhamentos e tentarão novamente, quanto aos prazos, dependerá do Conselho estipulá-lo.
351 Explicou que visita ao Tribunal de Contas objetiva construir um entendimento quanto a melhor
352 decisão a ser tomada em relação ao Instituto Sollus.

353

354 **2.26)** Sr. Carlos explicou que a proposta da formação de um grupo colegiado, com vários
355 integrantes interessados no processo da administração da Saúde Pública, teve como objetivo
356 ampliar o leque de responsabilidades e não concentrá-lo em um ou dois representantes. Dr.
357 Capitani considerou que a visita ao Tribunal de contas não é papel do COMUS, principalmente,
358 em conjunto com os Institutos. Disse que a situação atual não é a promoção de uma conciliação
359 e sim de se resolver uma questão técnica.

360

361 **2.27)** Sr. André Fontes ratificou a proposta sugerida pela Sra. Rita Simioni, considerou que a
362 Comissão de Finanças já emitiu seu parecer e, em seguida, apresentou a proposta de reunir a
363 Comissão para formalizar o parecer aos dois Institutos, com estabelecimento de prazos para que
364 o documento seja respondido e após o recebimento das respostas, novas análises sejam feitas e
365 novos caminhos poderão ser tomados. Sugeriu análise das condições do Termo de Parceira com
366 objetivo e facilitar a análise da Prestação de Contas. Dr. Capitani considerou que estaremos,
367 novamente, ensinando o Instituto contratado a gerir sua administração, disse que ao assumir um
368 contrato, pressupõe-se o que é necessário para ser apresentado. Por último concordou com a
369 proposta do Sr. André, mas manifestou insatisfação com as novas oportunidades concedidas ao
370 Instituto. Perguntou até quando essa situação persistirá, porque tanta tolerância. Considerou que
371 o Conselho é deliberativo e determine um prazo administrativo para resolver as questões da
372 Saúde (talvez de 30 dias). Dr. Aldo explicou que não se trata de tolerância e sim de questões
373 relacionadas à Saúde do município, disse que não se pode quebrar bruscamente um contrato.
374 Ratificou o parecer da Comissão de Finanças e disse que essa será a maneira mais eficaz de
375 resolver essa situação. Solicitou cautela na escolha das propostas.

376

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

C O M U S

São Sebastião

377

378 **2.28)** Sra. Ana Cristina discorda da inocência do Instituto em não apresentar a documentação
379 correta ao firmar contrato com o município de São Sebastião. Considerou as diversas promessas
380 feitas pelos administradores anteriores a Sra. Cláudia, questionou até quando agüentaremos da
381 Sollus essa instabilidade de gestão. Disse que a Sollus não sabe administrar o hospital e disse
382 que sua maior preocupação é com o péssimo atendimento no Hospital e Pronto Socorro. Elencou
383 problemas ocorridos com a autoclave e falta de materiais. Por último, questionou a ausência dos
384 membros da Comissão de Acompanhamento do Termo, da qual ela faz parte e afirma
385 desconhecer os motivos pela não apresentação do relatório conclusivo. Em seguida apresentou
386 os nomes dos representantes ausentes da referida comissão: Dr. Gustavo Barboni, Assessor
387 jurídico da prefeitura, Sr. Carlos de Freitas, funcionário da Sollus, Dr. Márcio Tenório, interventor
388 do Hospital, Sra. Eliana Fogaça, ex-administradora do Instituto Sollus e ela própria. Questionou o
389 porquê do não comparecimento em massa da Comissão. Por último, **apresentou a proposta**
390 **uma auditoria particular somando a todas as propostas apresentadas em plenária. A**
391 **plenária aprovou a idéia de solicitar uma auditoria, porém em momento oportuno,**
392 considerando o parecer do Sr André Fontes, que ponderou que a Comissão de Finanças já teria
393 levantado quesitos para serem respondidos e que uma auditoria é muito cara e deverá ser
394 requerida em momento oportuno. Dr. Ubirajara ponderou que, inicialmente havia votado a favor
395 da proposta, mas depois do parecer do André, enxergou que o melhor era aguardar o retorno das
396 respostas aos quesitos, quando haverá uma nova análise da Comissão de Finanças.

397

398 **2.29)** Dr. Capitani considerou que estando o Hospital no período de intervenção, caberá a Saúde
399 suprir todas as necessidades, inclusive processos licitatórios, sem sair da legalidade.
400 **Considerou que o município de São Sebastião não precisa de uma organização gigante**
401 **para gerir o hospital e sim um administrador hospitalar decente para administrar as**
402 **questões de Saúde. Disse que, com essa proposta haveria economia de tempo e dinheiro.**

403

404 **2.30)** Sra. Mariana disse que o Instituto Acqua atendeu a toda solicitação efetuada pela
405 Secretaria e Comissões envolvidas no estudo, desta forma solicitou delimitação quando das
406 referências das pendências, isto é, que a referência seja nominal a cada instituto, para não haver
407 confusões.

408

409 **2.31)** Sr. Ubirajara destacou o árduo trabalho do COMUS diante das questões apresentadas
410 desde setembro do ano passado, disse que o COMUS criou novas comissões, revigoraram
411 outras, objetivando a intenção de acompanhar e fazer valer o seu principio de fiscalização.
412 Considerou que a Comissão de Finanças estabeleceu uma metodologia de análise com proposta
413 final e esta pode até ser rejeitada, mas precisa ser estudada com cautela. Disse que não
414 devemos agir no ímpeto das emoções, precisamos esgotar todas as formas legais de
415 esclarecimentos.

416

417 **2.32)** Dr. Antonio considerou a possibilidade de o Instituto sair (rompimento do Termo de
418 Parceria), disse que voltaremos ao ponto zero e essa situação também não é boa, mas precisa
419 ser considerada. Por outro lado, considerou que o processo interventivo não pode durar *ad-*
420 *eternum*. Disse que a questão do passivo do HCSS precisa ser sanada pelo processo
421 interventivo. Propôs a votação dos encaminhamentos a serem feitos pela Plenária e estipulação
422 de prazo para que a Comissão de Acompanhamento do Termo de Parceria que não esteve
423 presente se manifeste. Saliou que a Comissão não se posicionou e precisa apresentar o

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

COMUS

São Sebastião

424 relatório analítico. Sugeriu que não haja precipitação na votação das propostas ou que se vote
425 em todas.

426

427

428 **Encaminhamentos aprovados pela Plenária:**

429 1ª) Oficiar os Institutos para que respondam aos quesitos, oportunidade em que deverão juntar
430 documentos até o prazo de 11 de maio de 2010;

431 2ª) Oficiar o Presidente da Comissão de Acompanhamento do Termo de Parceria para justificar a
432 não apresentação do relatório final, bem como para que, no prazo de 24 horas a partir do
433 recebimento, o encaminhe ao COMUS;

434 3ª) Oficiar o Interventor para que esclareça os trabalhos da Intervenção;

435 4ª) Formação de Comissão paritária para estudar alternativas junto ao Tribunal de Contas, após
436 o retorno das respostas aos quesitos (prazo máximo: 11/05/2010);

437 5ª) Oficiar o Instituto SOLLUS para que encaminhe até 11 de maio de 2010, relatório do status
438 das metas do Plano de Trabalho aos Conselheiros, para que possam analisar a situação do
439 cumprimento das metas, paralelamente aos trabalhos da Comissão de Acompanhamento do
440 Termo de Parceria.

441

442 **3-) Assuntos Gerais:**

443

444 **3.1)** Sr. André Leandro, servidor público, considerou suas experiências anteriores no Conselho
445 Municipal de Saúde e comentou alguns fatos sobre o que versa o Regime Interno do COMUS.
446 Disse que este expressa direito de voz a todos participantes e direito de voto aos Conselheiros
447 eleitos, não sendo facultado aos mesmos o direito de conduzir a reunião, salientou que este
448 direito cabe ao Presidente da mesa.

449

450 **3.2)** Sra. Cidinha informou que o Termo de Compromisso de Gestão foi validado no site do
451 Ministério da Saúde (WWW.saude.gov.br/Sispacto) – Indicadores e Metas.

452

453

454 Nada mais havendo a tratar, foi lavrado a presente ata, que após aprovação, será assinada pelos
455 presentes.

456 Ata elaborada por: Ana Maria Assis Leite dos Santos (funcionária pública e responsável administrativa do
457 COMUS).

458

459 São Sebastião, 27 de abril de 2010.

460 **LISTA DOS MEMBROS PRESENTES QUE ASSINAM ESTA ATA**

461 Estiveram presentes outros ouvintes que assinam a lista de presença.

Aldo Pedro Conelian Junior		Carlos Mello de Capitani	
Antonio Carlos N. P. da Silva		Ana Cristina R. Soares	
Lidiomar Conelian de Oliveira		Célia Pinto	
Rita de Cássia do N. Simioni		Carlos Cipullo Aymar	
Solange Cristina Cordeiro Toledo		Dirceia Arruda de Oliveira	
Mariana Balhes Caodaglio		Cibele A. N. Corte	
Ubirajara Nascimento		Rita de Cássia Souza Nogueira	
Isilda Aparecida R. Giudice		Benvinda Tavoraro	

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

C O M U S

São Sebastião



Secretaria de Saúde

construindo uma cidade melhor

Resumo da Execução Orçamentária e Financeira - Consolidado 2009

APLICAÇÃO (CONF. CONSTITUIÇÃO FEDERAL)

RECEITA ARRECADADA

	R\$	% MÍNIMO APLICAÇÃO
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO PARA O SUS	11.133.187,04	100%
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO PARA O SUS	153.768,03	100%
RECEITA DE IMPOSTOS	184.779.894,33	15%
MÍNIMO A APLICAR COM RECURSOS PRÓPRIOS	27.716.984,15	

DESPESA LIQUIDADADA - POR FONTE DE RECURSO

	R\$	%
UNIÃO	11.764.425,28	16,14%
ESTADO	68.223,47	0,09%
MUNICÍPIO	61.046.346,74	83,76%
TOTAL	72.878.995,49	100%

PERCENTUAL APLICADO (com recursos próprios)	= 61.046.346,74 / 184.779.894,33	33,04%
---	----------------------------------	---------------

DESPESA LIQUIDADADA - DESDOBRAMENTO POR NATUREZA DA DESPESA

NATUREZA DA DESPESA	Valor Liquidado	%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	32.240.175,91	44,2%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	40.134.768,57	55,1%
SUBVENÇÕES SOCIAIS	1.071.236,60	
MEDICAMENTOS E CORRELATOS	1.204.520,62	
OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	745.690,99	
CONVENIO PSF	9.474.750,64	
SERV. HOSPITALARES / URGENCIA E EMERGENCIA	22.670.330,00	
DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS	4.968.239,72	
INVESTIMENTOS	504.051,01	0,7%
TOTAL	72.878.995,49	100,0%

DESPESA LIQUIDADADA - POR PROGRAMAS

ATENÇÃO BÁSICA	26.038.684,64	35,7%
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	42.552.707,53	58,4%
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	1.192.447,02	1,6%
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	656.908,67	0,9%
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	2.438.247,63	3,3%
TOTAL GERAL	72.878.995,49	100,0%

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

C O M U S

São Sebastião



Secretaria de Saúde

construindo uma cidade melhor

Resumo da Execução Orçamentária e Financeira - 1º Trimestre / 2010

APLICAÇÃO (CONF. CONSTITUIÇÃO FEDERAL)

RECEITA ARRECADADA

	R\$	% MÍNIMO APLICAÇÃO
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO PARA O SUS	2.808.129,58	100%
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO PARA O SUS	249,79	100%
RECEITA DE IMPOSTOS	62.056.098,75	15%
MÍNIMO A APLICAR COM RECURSOS PRÓPRIOS	9.308.414,81	

DESPESA LIQUIDADADA - POR FONTE DE RECURSO

	R\$	%
UNIÃO	1.921.548,67	9,37%
ESTADO	24,93	0,00%
MUNICÍPIO	18.582.569,20	90,63%
TOTAL	20.504.142,80	100%

PERCENTUAL APLICADO (com recursos próprios)	= 18.582.569,20 / 62.056.098,75	29,94%
--	--	---------------

DESPESA LIQUIDADADA - DESDOBRAMENTO POR NATUREZA DA DESPESA

NATUREZA DA DESPESA	Valor Liquidado		%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.572.210,17		41,8%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.926.092,63		58,2%
SUBVENÇÕES SOCIAIS		114.000,00	
MEDICAMENTOS E CORRELATOS		238.189,18	
OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO		108.097,13	
CONVENIO PSF		3.561.462,25	
SERV. HOSPITALARES / URGENCIA E EMERGENCIA		6.740.631,56	
DEMAIS SERVIÇOS DE TERCEIROS		1.163.712,51	
INVESTIMENTOS	5.840,00		0,03%
TOTAL	20.504.142,80		100,0%

DESPESA LIQUIDADADA - POR PROGRAMAS

ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.061.663,19	5,2%
ATENÇÃO BÁSICA	6.791.044,37	33,1%
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	11.577.525,80	56,5%
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	236.779,18	1,2%
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	172.956,11	0,8%
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	664.174,15	3,2%
TOTAL GERAL	20.504.142,80	100,0%

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

COMUS

São Sebastião

COMUS - Comissão de Acompanhamento Contas Fundo Municipal de Saúde

Relatório sintético da análise das prestações de contas do Fundo Municipal em 27/04/2010

Introdução

Conforme proposta apresentada à Comissão para agilizar os trabalhos ante o acumulado de agosto de 2009 até março de 2010, realizamos 8 reuniões com a presença mínima de 3 dos integrantes da comissão; mais duas com 2 e 1 - sem quórum, portanto, mas com trabalho real.

Em uma das reuniões, 13/04, participaram representantes da Adm do Inst. Sollus. No dia 14/04 houve a participação do Secretário de Saúde, Dr. Aldo, que foi informado do andamento dos trabalhos e principais dúvidas que deveriam ser esclarecidas pelos Gestores, antes do fechamento do parecer da Comissão. Durante este período de trabalho os integrantes da Comissão construíram o entendimento consensual, a partir de tópicos soltos para uma visão de conjunto da forma como as contas da Saúde são gerenciadas, principalmente pelos dois Institutos contratados para reorganizar e gerir as áreas do PSF e do Hospital (sob intervenção municipal) e PAS, conforme pretendemos relatar aqui.

Hoje, dia 27, a Comissão se reuniu e elaborou este parecer.

Justificativa

Há dois fatores principais para a elaboração deste relatório:

1º - O Conselho Municipal de Saúde de São Sebastião passou por um processo de renovação de seus membros há menos de seis meses e 75% dos atuais integrantes desta Comissão foram empossados em Janeiro de 2010; participaram de duas reuniões de trabalho onde as contas dos Institutos Sollus e Aqua ainda não estavam disponíveis para análise.

2º - O processo de gestão financeira da Saúde, no município, passou por profundas mudanças durante o ano de 2009, imprimindo o sistema de Co-Gestão com os Institutos Sollus e Aqua; por uma série de fatores já conhecidos por todos, os processos de escolha e contratação dos Institutos só foi analisado pelo COMUS a posteriori; apesar das falhas detectadas e arguidas por conselheiros individualmente, a plenária houve por bem aprovar a contratação, em voto de confiança à gestão municipal que iniciava seu mandato, com a condição de receber todas as explicações que julgasse importante e também participar das Comissões de Acompanhamento da Co-Gestão dos dois setores básicos da Saúde. A OSCIP que gerencia o Sistema de Saúde da Família - PSFs - tem sido mais prestativa e ágil quando solicitada, enquanto que o outro Instituto só tem demonstrado o quanto está aquém do esperado de uma organização que se habilitou e foi contratada para gerenciar um Hospital e os Pronto Atendimentos de Boiçucanga, Topolândia e Centro.

Metodologia de análise

A Comissão iniciou o trabalho, em abril, analisando os Balancetes Mensais do Instituto Sollus tentando observar como se distribuíam as despesas totais pelos itens despesas. Já aí percebemos inconsistências que exigiam mais explicações. Montamos uma listagem destas questões - Anexo 1 - Inst. Sollus. Na reunião seguinte aprofundamos a vistoria dos tópicos conforme o processo organizado pelo administrador do Fundo Municipal de Saúde. Notas Fiscais e Recibos que não contém uma justificativa clara para estar incluído naquela conta, ou mesmo em outras, foram sendo anotados e passados para uma lista de solicitação de explicações. Na sequência, diante do acúmulo de ocorrências mensais e constantes dos mesmos procedimentos - pagamentos diversos de prestações de serviços de terceiros, além de compras em fornecedores sem prévia qualificação, etc. - decidimos confrontar tudo com

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

COMUS

São Sebastião

os termos de parceria e planos de trabalho, além das entrevistas pessoais com os principais responsáveis pela prestação de contas em análise. Diante da ausência de maiores esclarecimentos, decidimos suspender a análise das contas Sollus e informar ao Secretário da Saúde que assim como está não há possibilidade de aprovar as contas do Instituto, de Agosto de 2009 a Março de 2010. O Secretário se comprometeu com o agendamento de uma reunião da Comissão de Co-Gestão - SESAU/ OSCIP, Comissão de Acompanhamento do Plano de Trabalho e Comissão Executiva do Comus, para esclarecer nossas dúvidas. A mesma sistemática foi aplicada à análise das contas do Instituto Aqua e elaboramos um quadro de questões que pediam esclarecimentos. Anexo 2 - Inst. Aqua

Nos dois procedimentos, a partir de um determinado ponto, procuramos entender o que é responsabilidade financeira do Sistema de Saúde Pública, portanto pagas com verbas do Fundo Municipal de Saúde, que são as que realmente temos que controlar, e o que é inerente ao contrato de parceria e portanto responsabilidade direta do contratado. Pedimos explicações aos dois Institutos.

Pedimos e recebemos contribuições analíticas da Comissão de Acompanhamento do Plano de Trabalho, que pouco pode contribuir diante da precariedade de informações que receberam até agora. Recebemos cópia do Relatório Analítico da AMESSI sobre o primeiro quadrimestre da Co-Gestão. Este relatório só confirma nossas indagações.

Parecer da Comissão de Acompanhamento de Contas ao COMUS

Diante do exposto acima, solicitamos à Mesa Diretora dos Trabalhos e à plenária que acate o pedido de Destaque para a votação das Contas do Instituto Sollus em separado das demais contas da Saúde, assim como do Instituto Aqua, pois ambos abrangem períodos maiores que o 1º trimestre de 2010.

Desta forma a Comissão encaminha três pareceres para a Plenária analisar e votar:

- 1º - As Contas do Fundo Municipal de Saúde, conforme listagem apresentada nos gráficos no trimestre Jan/Mar de 2010, tem parecer favorável à sua aprovação, sem ressalvas.
- 2º - As contas do Instituto Aqua, referentes ao período de Set/2009 a Fev/2010, podem ser aprovadas desde que aceitem reverter a crédito da Contratante - SESAU - todas as despesas de prestação de serviços de terceiros que não estejam claramente discriminadas no Plano de Trabalho e Cronograma Físico-Financeiro da Parceria, além de pequenos ajustes contábeis. Portanto, podem ser aprovadas com ressalvas.
- 3º - As contas do Instituto Sollus, referentes ao período de Ago/2009 a Fev/2010, não tem parecer favorável à sua aprovação e devem se adequar à total observância da legislação em vigor e aos termos do Contrato de Parceria, devendo reverter a Crédito da Contratante - SESAU todas as despesas efetuadas com consultorias, auditorias, suportes de TI, advogados e outras conforme listagem anexa; ; em resumo é preciso renegociar todo o Plano de Trabalho e partes do Termo de Parceria com a SESAU; portanto não somos favoráveis à sua aprovação.



Adilson Ferreira de Moraes - Repr. Trab de Saúde - Sindsery - Rg. 13.455.917 - SSP/SF
Carlos Cipullo Aymar - Usuário - Federação Pró Costa Atlântica - Rg. 2.666.246 SSP/SF
Douglas Della Guardia - Usuário - ASAPC-Vida - Rg. 1.316.265 - SSP/SE
Ubirajara do Nascimento